



**GIULIA NARDUCCI  
LAURA BROCHIERI**

**A LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA: A excludente de ilicitude do fato atípico**

Caçapava, SP  
2022 (dois mil e vinte dois)

**GIULIA NARDUCCI  
LAURA BROCHIERI**

**A LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA: A excludente de ilicitude do fato atípico**

Pré-projeto de monografia apresentado como requisito básico para a aprovação na Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso – Projeto de Pesquisa, do curso de Direito da Faculdade Santo Antônio.  
Orientador(a): Prof. Dr. Rodrigo Marcelo de Oliveira Souza

Caçapava, SP  
2022 (dois mil e vinte dois)

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como tema a legítima defesa e em especial, a putativa, uma vez que vivemos em uma sociedade extremamente violenta e precisamos estar a todo momento atentos ao nosso redor para nos defendermos ou a terceiros caso estejam sofrendo agressões injustas, de acordo com ditames previstos por lei. Através deste, explicaremos o que é legítima defesa, a exclusão de ilicitude através dela, como se caracteriza um legítima defesa nos termos legais o que é a modalidade putativa.

**Palavras-chave:** Legítima Defesa. Excludente. Agressão. Ilicitude. Injusta. Putativa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	01
<b>2 OBJETIVOS</b>	02
<b>2.1 Geral</b>	03
<b>2.2. Específicos</b>	04
<b>3. JUSTIFICATIVA</b>	05
<b>4. REVISÃO DA LITERATURA /OU/ REFERÊNCIAS TEÓRICOS</b>	06
<b>5 METODOLOGIA</b>	07
<b>6 CRONOGRAMA</b>	08
<b>7 REFERÊNCIAS</b>	09

## **1 INTRODUÇÃO**

A legítima defesa tem como seu fundamento o artigo 25 do Código Penal: “Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem”, dentro dela se há vários tipos de legítima defesa, como a própria ou de terceiro, sucessiva, subjetiva, recíproca ou simultânea e a putativa. Em especial, a abordagem será sobre a legítima defesa putativa, que é aquela em que o agente ao se imaginar em situação de legítima defesa, reage a suposta agressão injusta. Seguindo isso, como a legítima defesa putativa pode entrar a excludente de ilicitude? E como provar que houve a legítima defesa?

### **1.1 PROBLEMA**

O que é excludente de ilicitude? Como provar que houve uma legítima defesa? Como isso é aceito e visto pelo Direito Brasileiro? Como explicar a putatividade da legítima defesa?

## **2 OBJETIVOS**

2.1 O objetivo é analisar o instituto da legítima defesa, mencionando os aspectos gerais e específicos do tema, suas principais modalidades, e a diferenciação da legítima defesa e do estado de necessidade e apresentar os requisitos para sua caracterização e tratar acerca dos excessos nesse instituto.

2.2 O objetivo específico será teoria limitada da culpabilidade, por adoção expressa do Código Penal, ou seja, se o agente agiu por erro, quanto a pressuposto fático da excludente e se escusável a culpabilidade será excluída ou inescusável, responderá na forma culposa, se existir essa previsão no tipo penal.

## **3 JUSTIFICATIVA**

O tema presente tem sua justificativa vem de perguntas do porque quando alguém reage a alguma agressão, o indivíduo sai “ileso” perante a lei. Além disso, trataremos um entendimento maior sobre a mesma, sobre a exclusão da ilicitude nesses casos e quais são os vários tipos de legítima defesa e também, o que descaracterizaria uma legítima defesa.

#### 4 REVISÃO DA LITERATURA /OU/ REFERÊNCIAS TEÓRICOS

A literatura que iremos usar como base no presente trabalho será “ A Legítima Defesa Putativa” de Nelson Hungria Hoffbauer e “ O Excesso na Legítima Defesa” de Edivanio Leite. Nessas obras literárias consiste muito do que iremos e queremos trazer para a pesquisa, trazendo embasamento e respostas para todos os tópicos que colocaremos e dúvidas que surgirem para conclusão do TCC.

#### 5 METODOLOGIA

Será realizada uma revisão bibliográfica em obras de diversos doutrinadores, trabalhos acadêmicos, teses de mestrado e doutorado a respeito do tema. Serão realizadas pesquisas nos diversos diplomas legais sendo: Constituição Federal Brasileira, Código Penal, Código de Processo Penal, Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar para verificar a legalidade do instituto defensivo, serão realizadas ainda pesquisas em decisões judiciais de primeiro grau, decisões monocráticas e acórdãos dos tribunais no intuito de se apurar o posicionamento de juízes e desembargadores sobre a possibilidade do reconhecimento ou não reconhecimento da legítima defesa putativa.

#### 6 CRONOGRAMA

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Pesquisa do tema	X	X				
Pesquisa bibliográfica						
Coleta de Dados (se for o caso)			X			
Apresentação e discussão dos dados			X			
Elaboração do trabalho				X		
Entrega do trabalho						X

#### 7 REFERÊNCIAS

[A legítima defesa putativa](#) / Nelson Hungria Hoffbauer.

Imprenta: Rio de Janeiro, Livr. Jacintho, 1933.

Descrição Física: 146 p.

Referência: 1933.

Disponibilidade: [Rede Virtual de Bibliotecas](#)

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito penal, Volume 1: Parte Geral** (arts. 1º a 120). 12ª ed. (de acordo com a lei nº 11.466/2007). São Paulo: Saraiva, 2008.

GERRERO, Vilchez Hermes. **Do Excesso na Legítima Defesa**. Ed. Del Rey, 1997.

LEITE, Edivanio. **Do Excesso na Legítima Defesa**. São Paulo: Ed. Do autor, 2013.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Ilicitude Penal e Causas de sua Exclusão**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1984.

CARVALHO, Américo Taipa de. **A Legítima Defesa**. Porto: Coimbra Editora, 1995.